

Limoeiro do Norte/CE, 15 de outubro de 2025.

MENSAGEM Nº 059/2025

À Sua Excelência o Senhor
MÁRCIO MICHAEL DO NASCIMENTO FARIAS
Presidente da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte/CE

Senhores Vereadores,

Nos termos do artigo 34, II, da Lei Orgânica do Município de Limoeiro do Norte, envio e submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, que respeitosamente cumprimento, o Projeto de Lei anexo que *“Dispõe sobre a criação do Auxílio Alimentação para os servidores públicos efetivos, que recebem vencimento base de até 1 (um) salário mínimo, do Município de Limoeiro do Norte, e dá outras providências.”*

Com fundamento no *caput* e nos §§ 1º. e 2º. do art. 38 da Lei Orgânica do Município, solicito **urgência** na apreciação dos mencionados Projetos de Lei.

Confiando no apoio e colaboração dessa augusta Casa, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e nobres pares protestos de elevada consideração e alto apreço.

Atenciosamente,


DILMARA AMARAL SILVA
Prefeita Municipal

APRESENTADO EM SESSÃO
ORDINÁRIA
REALIZADA AOS
16 OUT. 2025
CÂMARA M. LIM. DO NORTE

PROJETO DE LEI Nº 110 /2025, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

“Dispõe sobre a criação do Auxílio Alimentação para os servidores públicos efetivos, que recebem vencimento base de até 1 (um) salário mínimo, do Município de Limoeiro do Norte, e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Auxílio Alimentação para os servidores públicos efetivos do Município de Limoeiro do Norte que recebem vencimento base no valor de 1 (um) salário mínimo, nos termos previstos na presente lei.

Art. 2º - A concessão do auxílio alimentação dar-se-á em forma de pecúnia e terá caráter eminentemente indenizatório, pago em folha complementar, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 3º - O Auxílio Alimentação fica fixado no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais.

Art. 4º - Fica vedado o pagamento do Auxílio Alimentação:

I- no período em que o servidor estiver afastado por motivos de férias, licenças a qualquer título, faltas ao serviço, ainda que justificadas, e demais hipóteses de afastamento consideradas em lei como efetivo exercício.

II- aos servidores cedidos aos outros órgãos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, exceto no caso em que o servidor estiver cedido, mas se encontrar a serviço do Município de Limoeiro do Norte, atuando em nome dos interesses deste, desde que devidamente justificada a cessão.

Art. 5º - O Auxílio Alimentação não poderá ser acumulado com outros benefícios de espécie semelhante, que venham a ser concedidos como forma de auxílio para alimentação do servidor.

Art. 6º - O Auxílio Alimentação não possui natureza salarial e não poderá ser incorporado à remuneração para quaisquer efeitos, bem como não constitui base de incidência de contribuição previdenciária e não se configura como rendimento tributável do servidor.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente das respectivas Secretarias, suplementado, se necessário, na forma da lei.



Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com os seus efeitos financeiros sendo aplicados a partir de 1º de outubro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, 15 de outubro de 2025.


DILMARA AMARAL SILVA
Prefeita Municipal

